

Direito do Trabalho

Professor: Aline Leporaci

Aviso prévio: Art. 488, CLT.

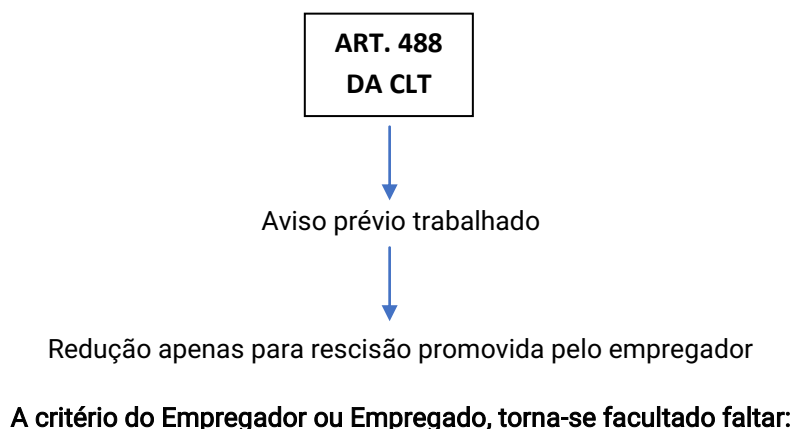
Resumo

O CLT - Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, apresenta o tema Aviso Prévio se seguinte artigo:

Art. 488 - O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso, e se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, será reduzido de 2 (duas) horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

Parágrafo único - É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias previstas neste artigo, caso em que poderá faltar ao serviço, sem prejuízo do salário integral, por 1 (um) dia, na hipótese do inciso I, e por 7 (sete) dias corridos, na hipótese do inciso II do art. 487 desta Consolidação. (Incluído pela Lei nº 7.093, de 25.4.1983)

Portanto, com base nesse artigo temos:



2h / Dia

- ➔ Sem prejuízo do Salário Integral
- ➔ Interrupção do Contrato de Trabalho

7 Dias Corridos

- ➔ Sem prejuízo do Salário Integral
- ➔ Interrupção do Contrato de Trabalho

Não obstante, essas reduções de horas ou dias só se dá quando o empregado é demitido, uma vez que ele pede dispensa do trabalho, não lhe é favorável a condição dos descontos expressos nesse Art. 488.

Aviso Prévio sem redução = Entendimento de extinção CV s/ concessão do aviso prévio. Tendo assim a incidência, caso não observado, o art. 487, inciso 1º da CLT

Art. 487 - Não havendo prazo estipulado, a parte que, sem justo motivo, quiser rescindir o contrato deverá avisar a outra da sua resolução com a antecedência mínima de:

I - oito dias, se o pagamento for efetuado por semana ou tempo inferior; (Redação dada pela Lei nº 1.530, de 26.12.1951)

II - trinta dias aos que perceberem por quinzena ou mês, ou que tenham mais de 12 (doze) meses de serviço na empresa. (Redação dada pela Lei nº 1.530, de 26.12.1951)

§ 1º - A falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, garantida sempre a integração desse período no seu tempo de serviço.

§ 2º - A falta de aviso prévio por parte do empregado dá ao empregador o direito de descontar os salários correspondentes ao prazo respectivo.

§ 3º - Em se tratando de salário pago na base de tarefa, o cálculo, para os efeitos dos parágrafos anteriores, será feito de acordo com a média dos últimos 12 (doze) meses de serviço.

§ 4º - É devido o aviso prévio na despedida indireta. (Parágrafo incluído pela Lei nº 7.108, de 5.7.1983)

§ 5º O valor das horas extraordinárias habituais integra o aviso prévio indenizado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.218, de 11.4.2001)

§ 6º O reajustamento salarial coletivo, determinado no curso do aviso prévio, beneficia o empregado pré-avisado da despedida, mesmo que tenha recebido antecipadamente os salários correspondentes ao período do aviso, que integra seu tempo de serviço para todos os efeitos legais.